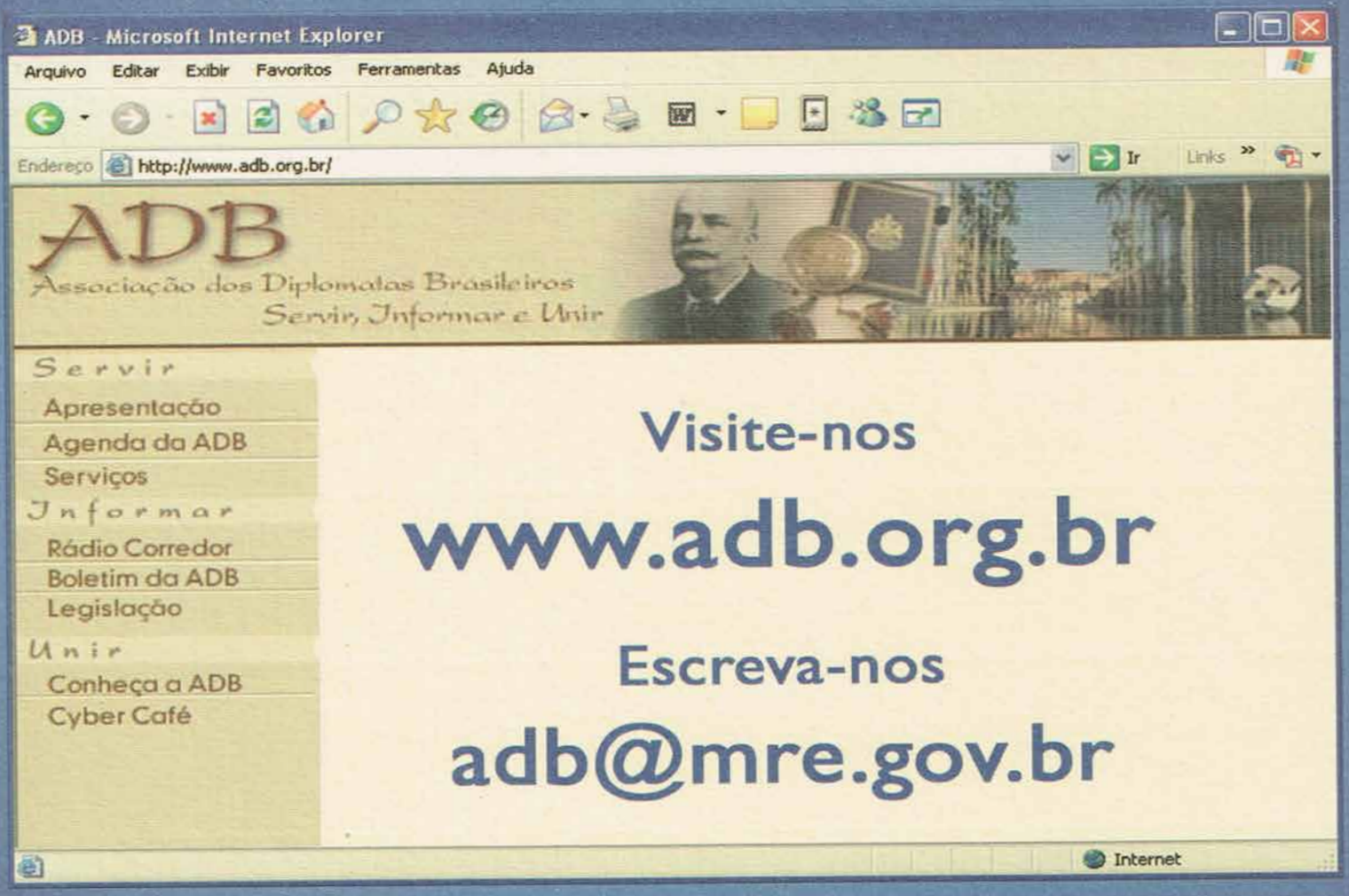
ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XII - Nº 49 - Abr/Mai/Jun 2005
ISSN 0104-8503

60 anos
Instituto Rio Branco

O site da ADB vai oferecer, a partir de agora, notícias de interesse dos diplomatas. Portanto, convidamos os ssociados e associadas a visitarem a nossa página na Internet.



Diálogo sim, monólogo não

Perdoem-me, caros leitores, mas conversa com uma só mão não é conversa, é monólogo. Gostaria de receber mais *e-mails* com sugestões e idéias para o aperfeiçoamento de nossos serviços. Estamos aqui, nunca é demais repeti-lo, para servir a nossos associados.

Confesso-lhes que ando meio impaciente em razão do andamento (ou falta de) de alguns assuntos que interessam à ADB. Afora os setores de serviços (convênios) e de assessoria jurídica (novas ações), os demais estão imobilizados: projetos ou iniciativas para a reposição de perdas e/ou aumento salarial; auxílio-educação no exterior; petição para que a ADB tenha a concessão ou o gerenciamento do Clube das Nações. Que fazer? A esperança de que os nossos objetivos serão alcançados não morreu. Está apenas tomando oxigênio na UTI.

Entretanto, nem tudo que interessa à ADB está marchando a passos lentos. Os setores dedicados aos serviços, à assessoria jurídica e ao Boletim da ADB estão cada vez mais dinamizados. Assinamos novos convênios, destacando-se entre eles o celebrado, em 10 de junho, com a Escola Americana de Brasília, para a concessão de descontos em benefício de filhos de membros da ADB.

O escritório do Dr. Torreão Braz tem se mostrado cada vez mais zeloso e eficiente na defesa jurídica dos interesses da ADB. A partir de agora, o acompanhamento mensal das ações poderá ser feito pela Internet (www.adb.org.br) e a motivação delas encontra-se na página 33 do Boletim n° 45 (janeiro/setembro - 2004). Quatro novas ações serão demandadas.

Nosso Boletim vai bem, obrigado. Firmamos novo contrato com a agência de comunicação Liberdade de Expressão, prevendo, inclusive, publicidade em suas páginas. A página da ADB na Internet também será atualizada e enriquecida com informações de imediato interesse de seus associados. Com satisfação, registro inúmeras apreciações elogiosas referentes ao último número 48 (capa: Saudades, Lys Amayo). Estamos atingindo níveis de excelência. Devemos isso aos colaboradores e à dedicação dos profissionais da nossa assessoria de comunicação.

Sinceros agradecimentos aos entrevistados e articulistas deste número, especialmente dirigidos ao ministro Marco Aurélio de Mello que, com sua privilegiada inteligência e cultura, nos concedeu uma entrevista exclusiva, onde discorre sobre uma série de temas conjunturais. Vale lembrar que já entrevistamos altas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo. Contudo, esta é a primeira vez que nos honra a colaboração de um membro do Poder Judiciário da sua mais alta hierarquia: o Supremo Tribunal Federal.

Flávio Mendes de Oliveira Castro
Presidente da ADB

página 4

Ponto de Vista

A política de "cooperação horizontal" do Ministério das Relações Exteriores é o tema do artigo do diplomata Lauro Moreira, diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

página 6

Entrevista

O Boletim da ADB foi ouvir o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, sobre a situação do sistema judiciário brasileiro. O ministro examinou, ainda, as causas da onda de corrupção no País e fez uma análise geral sobre a diplomacia brasileira.

página 10

Internas

A assembléia da categoria decidiu que a ADB deve impetrar quatro novas ações judiciais, que visam reclamar direitos trabalhistas dos diplomatas.

página 12

Raio X Diplomático

A direção da ADB cogita que a remuneração dos diplomatas possa ser feita por meio de um subsídio pago em parcela única e que o governo federal venha a apresenta um projeto para corrigir distorções salariais da carreira diplomática.

página 14

Ponto de Vista

Os resultados da Cúpula América do Sul–Países Árabes são avaliados pela embaixadora Vera Pedrosa, que participou da organização do evento.

página 16

O Boletim da ADB comemora os 60 anos de fundação do Instituto Rio Branco (IRBr), no Rio de Janeiro. A revista convidou o embaixador Sérgio Bath, ex-diretor do IRBr, para

página 19

19

Além do Itamaraty

O ministro Pedro Bório fala de sua missão na Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal (GDF) e também comenta sobre os rumos da política externa do Brasil.

página 22

22

Entrevista

Os avanços da agricultura dos trópicos, o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e os focos da cooperação internacional do Brasil são temas tratados na entrevista com Sílvio Crestana, presidente da Embrapa.

página 25

25

Prata da Casa

Confira as resenhas das obras *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império* e *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*, de Paulo Roberto de Almeida e dos organizadores José Flávio Sombra Saraiva e Amado Luís Cervo, respectivamente.

página 26

26

Memórias do Itamaraty

O ministro Paulo Roberto de Almeida mergulha na história e recupera a carreira instigante de José Manoel Cardoso de Oliveira, um diplomata da *belle époque*.

Especial

contar o processo de transferência do IRBr para Brasília e lembrar os principais momentos do Instituto, considerado um centro de excelência na esfera diplomática.

página 29

29

Ponto de Vista

O brilhantismo do chanceler, deputado, jornalista, acadêmico e intelectual San Tiago Dantas é resgatado pelo artigo de opinião do ministro Flávio Castro.

O Itamaraty e a cooperação horizontal

As primeiras iniciativas para estruturar a cooperação internacional regular foram tomadas pelas Nações Unidas após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de reconstruir os países afetados pelo conflito e de acelerar o desenvolvimento dos menos industrializados. Já na década de 70, o nível de experiência alcançado por alguns países em desenvolvimento permitiu a elaboração do conceito de cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) ou cooperação horizontal, em contraposição à cooperação Norte-Sul.

O marco de maior significação para esse diálogo entre países em desenvolvimento é o chamado Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), adotado por 138 países participantes da Conferência da ONU para a CTPD, realizada na capital argentina, em setembro de 1978. Para melhor atender a essas duas vertentes da cooperação técnica, ou seja, a recebida e a prestada, criou-se em 1987 a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Missão da ABC

A ABC é parte da estrutura do Itamaraty e tem a atribuição legal de negociar, coordenar, implementar e acompanhar programas e projetos brasileiros de cooperação técnica. Para cumprir sua missão, a Agência se orienta pela política externa do governo e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais da administração.

Na cooperação bilateral, o Brasil recebeu, nos últimos dez anos, cerca de US$ 1,2 bilhão de países como Japão, Alemanha, França, Itália e Reino Unido, distribuídos em 162 projetos e 179 atividades, concentrados, sobretudo, nos setores de meio ambiente, agricultura, saúde, desenvolvimento social e industrial, energia, transporte e administração pública. Já no plano multilateral foram aplicados, no mesmo período, US$ 2,9 bilhões de recursos nacionais em cerca de 3,5 mil projetos, com a participação de US$ 397 milhões de contribuições de organismos e agências multilaterais.

Mão dupla

É fácil constatar os efeitos benéficos para o País decorrentes dessa cooperação recebida ao longo de décadas, que constituiu um poderoso propulsor de mudanças estruturais e de aperfeiçoamento do seu desenvolvimento socioeconômico. E justamente por ter sabido maximizar a absorção desses conhecimentos recebidos, transformando-os e adaptando-os à sua própria realidade, é que o Brasil se encontra hoje em condições técnicas e no dever moral de solidarizar-se e apoiar cada vez mais os países de menor desenvolvimento relativo.

Reconhecidos centros de excelência como a Embrapa e o Senai, dois dos principais parceiros da ABC no constante crescimento da cooperação Sul-Sul (ao lado dos Ministérios da Saúde, da Educação e de ONGs como a Alfabetização Solidária, Missão Criança e Pastoral da Criança), são hoje referências mundiais na área da agricultura tropical e da formação técnico-

profissional, graças, em grande parte, aos conhecimentos recebidos do exterior.

A cooperação técnica brasileira, que constitui hoje eficiente instrumento de política externa, empregou, nos últimos cinco anos, cerca de US$ 15 milhões em mais de 120 ações e projetos em países na América Latina, Caribe, África e Ásia (Timor Leste). Na verdade, esse valor deve ser multiplicado por 12 a 15 vezes, podendo chegar a algo em torno de US$ 225 milhões.

Isso decorre do fato de a ABC não contratar serviços de consultorias externas para a elaboração de seus projetos, mas de contar com o apoio direto (não comercial) das entidades brasileiras envolvidas em cada caso. Quando órgãos como a Embrapa, o Senai ou o DST/AIDS (Ministério da Saúde) se associam com a ABC em projetos da cooperação Sul-Sul, eles estão cobrindo, implicitamente, os gastos com horas técnicas, *expertise*, deslocamentos e encargos sociais de seus funcionários.

"A cooperação internacional brasileira, por outro lado, baseia-se nos princípios da solidariedade e da co-responsabilidade, não tendo fins comerciais ou lucrativos"

Princípio da solidariedade

A cooperação internacional brasileira baseia-se nos princípios da solidariedade e da co-responsabilidade, não tendo fins comerciais ou lucrativos. É *untied* e procura sempre atuar de acordo com as prioridades dos países parceiros, mediante transferência de conhecimento sem qualquer imposição.

Nesse sentido, é reconhecida como apreciável fonte de soluções para problemas que afligem inúmeros países em estágio de desenvolvimento semelhante ao do Brasil. E essas soluções estão naturalmente imbuídas de evidente conteúdo social e se fazem mais presentes em áreas como saúde, educação, agricultura e meio ambiente, embora os setores de desenvolvimento industrial e de administração pública venham adquirindo crescente importância.

Nos próximos anos a cooperação deverá crescer e firmar-se como um dos principais temas da agenda diplomática dos países em desenvolvimento, tendência percebida desde os últimos anos da década de 90. Para contornar o problema da natural escassez de recursos a serem colocados à disposição do crescente número de projetos brasileiros no exterior, um novo caminho começa agora a ser trilhado: o da cooperação triangular.

Parcerias da ABC

Nesse contexto, recursos japoneses, canadenses ou franceses poderiam aliar-se à experiência brasileira em benefício da Bolívia, do Haiti, da Guiné-Bissau ou do Timor Leste. Na prática, esse novo caminho já está sendo percorrido pela ABC, ao estabelecer pareceria com a Espanha e o Canadá, respectivamente, em projetos de reflorestamento e de saúde pública no Haiti.

Para que se tenha uma idéia concreta do que tem sido a atuação da ABC no exterior, bastaria citar o Centro de Formação Profissional de Hernandarias, no Paraguai, inaugurado em 2001, que tem formado anualmente 1.500 técnicos em diferentes áreas, como construção civil, mecânica de motores, mecânica de motores diesel, informática, etc.

O orgulho e a satisfação da ABC e do Senai ampliam-se ainda mais, quando se verifica que dois outros centros congêneres e de dimensões semelhantes foram por eles implantados em Luanda e na capital do Timor Leste e que três novos projetos (Cabo Verde, Guiné Bissau e Haiti) encontram-se agora em andamento. É a presença solidária do Brasil, contribuindo decisivamente para a solução de graves problemas do subdesenvolvimento.

Lauro Moreira

O Estado é responsável pela morosidade do Poder Judiciário

José Cruz/ABr

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, aponta o "atropelo ao direito adquirido", cometido pelo Estado nos últimos anos, como a causa principal para o congestionamento do Poder Judiciário. Ele é cético quanto às possibilidades de a súmula vinculante vir a desafogar o sistema judiciário, da mesma forma que não acredita que a Reforma do Judiciário venha a contribuir para tornar a Justiça mais ágil. Na entrevista exclusiva concedida ao Boletim da ADB, o ministro também comenta sobre o controle externo do Poder Judiciário, as relações deste Poder com o Executivo e analisa as causas da corrupção no País. O magistrado da Corte Suprema avalia ainda a política externa do governo Lula, o corpo diplomático brasileiro e a reivindicação de o Brasil conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O Poder Judiciário está à altura das demandas da sociedade brasileira?

Temos de perceber as causas da chamada morosidade do Poder Judiciário. Cerca de 70% a 80% dos processos envolvem o Estado, que, nos últimos anos, claudicou muito. Convivemos durante muito tempo com planos econômicos capitaneados por tecnocratas e se buscou o afastamento da inflação, atropelando-se os meios. Sabemos que se paga um preço por se viver num Estado Democrático, isto é, o respeito irrestrito ao direito posto.

O Estado atropelou muito o direito adquirido. E então aqueles prejudicados em direitos integrados ao patrimônio só viram um recurso: a vinda ao Judiciário. Eu diria: hoje ainda estamos no rescaldo dos incêndios provocados pelos diversos planos econômicos. Temos também de diminuir essa fúria legiferante e precisamos abandonar essa idéia de que teremos dias melhores no Brasil mediante a edição de novas leis.

No arcabouço normativo, os conflitos de interesse surgem e o cidadão acaba batendo às portas do Judiciário. Hoje o STF está inviabilizado e não tenho tempo para cuidar dos processos originários. É razoável uma Suprema Corte ter, por ano, 120 mil processos?

A implementação da súmula vinculante pode ser uma alternativa para desafogar as instâncias superiores?

Vamos ver isso mais tarde. Ela talvez leve, diante dessa avalanche de processos, à acomodação e à generalização dos casos. Se a saída for simplesmente bater carimbo, aludindo ao verbete da súmula vinculante, o homem adotará a lei do menor esforço. Sou contrário e só acredito na atuação do juiz mediante uma espontaneidade maior daquele que se defronte com o processo. As decisões do STF devem ser espontaneamente acatadas pelo conteúdo, e não impostas como se essas decisões fossem verdadeiros atos normativos. Mas vamos aguardar.

O sistema judiciário está estruturado de maneira adequada e suficiente para atender às demandas da população brasileira?

Eu creio que ele necessita de aperfeiçoamento em termos de infra-estrutura. Não cabe exigirmos esforço maior dos juízes em si, pois já estamos no limiar. Agora, evidentemente, precisamos informatizar, desburocratizar o processo e, sem prejuízo do direito de defesa, enxugar o rol de recursos. Não é razoável que, num mesmo processo, você tenha 6, 8, 10 recursos. Às vezes se interpõe o recurso só forçando a morosidade da Justiça. Sabe o reclamante que o direito não está a seu lado, mas interpõe o recurso para protelar o desfecho final da causa.

A Reforma do Judiciário resolveu esse tipo de problema?

A Reforma do Judiciário, mediante alteração de um documento que deveria ser perene, como a Constituição, implicou uma esperança vã e impossível de frutificar. Não é por meio de alteração da Carta Magna que teremos a agilitação do processo. A celeridade e a economia processuais passam muito mais pela modificação dos códigos de processos, pela simplificação e pelo abandono de certos rituais. O legislador precisa pensar na desburocratização do processo.

Por que o Congresso Nacional não priorizou a mudança dos códigos?

A repercussão da alteração constitucional é muito maior do que a de uma norma processual. Mas o Ministério da Justiça desencadeou vários projetos para se ter modificações do Código de Processo Civil e de Processo Penal, que é um código de 1940.

Qual é a opinião do senhor sobre o controle externo do Poder Judiciário?

Votei pela inconstitucionalidade do controle externo. Por que temo uma interferência administrativa nos tribunais? Não. O que eu receio é que acabe desaguando em algo que prejudique a independência do juiz. Mostrei-me favorável a um controle interno. Mas aguardemos o Conselho Nacional de Justiça e seu funcionamento. Só espero que

José Cruz/ABr

"Precisamos enxugar o rol de recursos. Às vezes se interpõe o recurso só forçando a morosidade da Justiça. Sabe o reclamante que o direito não está a seu lado, mas interpõe o recurso para protelar o desfecho final da causa"

não se inaugure também uma época de terror, acolhendo-se e aceitando-se inclusive denúncias anônimas.

O presidente Lula foi eleito sob o signo das mudanças. O senhor acredita que as mudanças que foram implementadas até o momento são satisfatórias?

Nós precisamos aguardar um pouco, porque essa resposta pode ser dada em 2006, pelos eleitores. A jornalista Márcia Peltier, em sua coluna no Jornal do Brasil, citou o título sugestivo *O Inverno de Nossa Desesperança*, do escritor norte-americano John Steinberg. A parte final desse livro diz que, quando uma luz se apaga, é muito mais escuro do que se jamais houvesse brilhado. Eu não sei o que está pensando o eleitor, mas a bandeira da alternância das modificações para mim ficou em segundo plano.

O País está assistindo a uma nova onda de denúncias de corrupção. O senhor acredita que o problema da corrupção no País é endêmico? Qual é o remédio capaz de acabar com essa praga?

O que há é uma visão flexível, em que o homem público acaba não mantendo o que denomino de freios inibitórios. Então, a questão passa a ser cultural, ou seja, de se ter vantagem em tudo o que se faz e de se pretender, num cargo público, enriquecer. Agora, atravessamos um período alvissareiro porque não se consegue mais escamotear e varrer as coisas para debaixo do tapete. Os problemas estão aflorando, a imprensa está atuando, prestando um grande serviço à sociedade, e o Ministério Público é um órgão de independência maior.

Os fatos do episódio envolvendo o deputado Roberto Jéfferson são tenebrosos e de estarrecer. Mas há um aspecto positivo: o escancaramento. As instituições vão funcionar e cobrar responsabilidade e aquele que claudicou e incidiu num desvio de conduta será apenado.

A impunidade e a morosidade do Judiciário contribuem para o caldo de cultura que o senhor citou?

Levam a esse afrouxamento. Toda vez que temos realmente a eficácia das leis – Bobbio já dizia que mais importante do que leis bem fundamentadas é a observância delas – as pessoas ficam mais espertas, receosas quanto ao amanhã. Às vezes se praticam atos à margem do arcabouço normativo, imaginando-se a impunidade.

Não podemos partir também para uma ética de atropelo, porque senão teríamos de construir, na Praça dos Três Poderes, simplesmente um paredão e partir para o fuzilamento. É preciso se viabilizar o exercício do direito de defesa. As franquias constitucionais são acionadas quase sempre não pelo cidadão comum, mas por quem cometeu um erro. Agora, cabe dar meios ao Judiciário, que atua segundo o figurino instrumental contido no código, do qual não pode sair. E é possível termos aí o encurtamento dos prazos, simplificando esse processo. Sem prejuízo, repito, do direito de defesa.

A Polícia Federal denunciou, recentemente, um suposto esquema de comercialização de sentenças, onde estariam envolvidos alguns juízes. O senhor acha que esse tipo de investigação seria possível somente com o controle interno do Poder Judiciário?

Eu presumo que todos os servidores procedam de forma harmônica com os princípios alusivos à Administração Pública. Eu não imagino um *esprit de corps*, em qualquer setor, para passar-se a mão na cabeça daquele que cometeu um deslize. A Operação Anaconda revela que o Judiciário vem atuando, com afastamento, inclusive, de magistrados. Ou seja, desde que haja a denúncia séria e calcada em elementos,

pelo menos indiciários, o Judiciário tem atuado. Temos esses desvios em todos setores e há de se atuar para coibir e, até mesmo, para se dar o exemplo de que se está diante de um contexto em que se buscarão definir as responsabilidades.

O senhor acha que é possível blindar o Poder Judiciário da corrupção?

Eu não vejo assim como problema maior do Poder Judiciário, que pode ter um desvio ou outro. Os desvios encerram exceção. Agora, o controle externo vai atuar em termos de políticas. Vamos ver se teremos aí o reaparelhamento do Judiciário, mediante o que vier a propor o Conselho Externo, para o STF remeter ao Legislativo como mensagem.

Está havendo um aumento dos casos de corrupção ou o combate contra a corrupção aumentou?

Não temos mais corrupção hoje do que tivemos no passado. Só que atualmente as coisas estão aflorando e se está agindo para coibir a corrupção. Creio que cresceremos e espero que isso ocorra num espaço de tempo curto. É uma mudança de mentalidade, uma mudança cultural.

O senhor pode fazer um comentário sobre o corpo diplomático brasileiro?

Temos uma representação diplomática de Primeiro Mundo na atuação no exterior, que dignifica o Brasil.

Qual é a avaliação do senhor sobre a política externa do governo Lula?

O governo está objetivando dar, principalmente no intercâmbio comercial internacional, uma posição de relevo ao Brasil para equilibrar a balança externa.

Qual é a opinião do senhor sobre o pleito do Brasil de conquistar um assento no Conselho de Segurança da ONU?

É interessante. Não sei se a oportunidade é ideal, em função das forças que estarão aí em jogo, para se chegar a essa posição. Agora, pelo significado do Brasil na América Latina, creio que a tendência será essa.

O senhor aprova o envio de tropas brasileiras para o Haiti?

Como cidadão, até hoje eu não compreendi a remessa das tropas – elas estão sendo comandadas por um fraternal amigo, o general Heleno – e creio que aí só teremos um desgaste na nossa imagem.

P E R F I L

O ministro Marco Aurélio de Farias Mello desempenha atividades jurídicas há 30 anos. Carioca, o ministro do STF bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1973. O seu mestrado em Direito Privado também foi concluído, em 1982, na UFRJ.

Ainda no Rio de Janeiro, integrou o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho da Primeira Região, no período de 1975 a 1978. Ingressando na Magistratura, foi juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no período de 1978 a 1981, quando presidiu a Segunda Turma, no biênio 1979/1980. Foi ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho, de 1981 a 1990, e corregedor-geral da Justiça do Trabalho, de 1988 a 1990.

Ele chegou ao STF, em 1990, para ocupar a vaga do ministro Carlos Madeira. Foi eleito vice-presidente do Supremo para o biênio 1999/2001 e ocupou a Presidência da Corte Suprema de 2001 a 2003. Na academia, desde 1982, é professor na Universidade de Brasília (UnB) e no Centro Universitário de Brasília (Uniceub).

Assembléia da ADB aprova novas ações na Justiça

Matan Gicovate

O advogado Torreão Bráz, consultor jurídico da ADB, esclarece os diplomatas sobre as novas ações judiciais

A Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) vai entrar na Justiça Federal com mais quatro ações para garantir os direitos de seus associados. A proposta foi aprovada na 9ª Assembléia Geral Extraordinária da ADB, realizada no dia 10 de junho. Os diplomatas também discutiram a contratação de uma consultoria parlamentar para fazer o acompanhamento de projetos de interesse da categoria no Congresso Nacional.

O diretor de Assuntos Jurídicos da ADB, embaixador Hélcio Tavares Pires, considera que todas as ações judiciais são importantes para os diplomatas. Ele conta que um dos pleitos da Associação é a incorporação do DAS para os associados que não receberam a gratificação de abril de 1998 a setembro de 2001, período em que ela ficou suspensa. O governo interrompeu o pagamento por mais de três anos e, posteriormente, regularizou a situação. "Temos de recorrer à Justiça para assegurar esse pagamento", explica.

Isonomia com o Legislativo

O reajuste do auxílio-alimentação é outra reivindicação da ADB. Os diplomatas recebem atualmente R$ 161 e querem que a Justiça garanta a isonomia com outras carreiras do serviço público. "O benefício pago aos membros da carreira diplomática equivale apenas a 1/3 do que os servidores do Poder Legislativo recebem", explica Torreão Bráz, assessor jurídico da Associação.

A ADB também quer corrigir uma injustiça cometida contra quem se aposenta, pois o artigo 192 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112) não está sendo aplicado. O dispositivo garante àqueles que estão no final de carreira o direito

de se aposentar com proventos do patamar superior. Contudo, o governo não vem cumprindo a lei.

A manutenção da "parcela opção" dos aposentados é a quarta ação que será ajuizada pela ADB. Os diplomatas começaram a receber o benefício devido a um erro cometido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O problema foi, recentemente, identificado pelo TCU, que recomendou a suspensão do pagamento ao Ministério do Planejamento. O fundamento da ação se baseia no princípio da decadência, que garante a manutenção de vantagem para aqueles que a receberam por mais de cinco anos.

Mauro Burlamacchi

O embaixador Hélcio Tavares Pires, diretor de Assuntos Jurídicos da ADB, considera que os direitos dos diplomatas devem ser reclamados na Justiça

Consultoria parlamentar

A proposta de contratação de uma consultoria parlamentar foi apresentada pela ADB, mas não se chegou a um consenso. O presidente da Associação, ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro, que não é contra a consultoria, mas é preciso analisar com muito cuidado como o serviço será prestado. A pedido da assembléia, o assunto não foi votado e deve ser aprofundado numa próxima reunião.

A assembléia aprovou, ainda, a doação do busto de San Tiago Dantas ao Ministério das Relações Exteriores, bem como o adiamento, para o próximo ano, da concessão da Bolsa Celso Terra. A renovação do contrato com a agência de comunicação Liberdade de Expressão e a reforma da sede da ADB foram aprovadas por unanimidade.

ADB assina convênio com a Escola Americana

Matan Gicovate

O ministro Flávio Castro, presidente da ADB, formaliza o convênio firmado com a Escola Americana de Brasília

A Escola Americana de Brasília vai conceder descontos nas mensalidades dos filhos de diplomatas brasileiros. O convênio foi assinado no dia 10 de junho e suas cláusulas começam a valer a partir do segundo semestre deste ano. Os descontos poderão chegar a 19%. Os diplomatas necessitam ser associados à ADB para ter direito ao benefício.

"Além do desconto, a outra vantagem é que a Escola Americana é a única de Brasília que tem o reconhecimento oficial do governo dos Estados Unidos", destaca o secretário César Bonamigo, um dos responsáveis pelo convênio. A Escola Americana de Brasília foi fundada em 1961 e seus cursos são preparatórios para o ingresso nas universidades dos Estados Unidos. Ela está instalada no endereço SGAS 605, Bloco E, Lotes 34/37 e seu telefone é (61)442-9700.

ADB busca alternativa para salários de diplomatas

Transformar a remuneração em parcela única pode ser a chave para fugir das gratificações e trazer mais estabilidade à remuneração da categoria

Matan Gicovate

Ministro Flávio Castro: a "maré" de gratificações gera descontentamentos e injustiças na diplomacia brasileira

Uma das bandeiras da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) para 2005 é a mudança da política de remuneração dos diplomatas. Atualmente, o salário de um ministro de segunda classe do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é formado por sete rubricas diferentes, entre gratificações e vantagens, além do vencimento básico.

A proposta da associação é substituir a "sopa de letrinhas" do contracheque dos diplomatas por um subsídio pago em parcela única, como já ocorre com os proventos de ocupantes de cargos eletivos, ministros de Estado e secretários estaduais e municipais. Essa medida não só ajudaria a simplificar o sistema, como poderia trazer mais estabilidade salarial à categoria.

O presidente da ADB, ministro Flávio Castro, conta que nos últimos anos houve uma "maré" de invenção de gratificações de desempenho para várias categorias do Poder Executivo. No caso do MRE, o valor dessas bonificações muda de acordo com os critérios de avaliação adotados pelas chefias. Além disso, a distribuição das funções comissionadas aumenta a diferenciação entre os servidores de uma mesma classe. "Isso gera um descontentamento nas diversas áreas do Ministério, afinal, não há como contemplar todos", reconhece o diplomata. Flávio Castro considera que o pagamento por subsídio diminuiria essa distinção e, conseqüentemente, o peso das indicações feitas pela direção do Itamaraty.

Instabilidade salarial

As gratificações são usadas como complemento da remuneração da categoria, na forma de percentagem do vencimento básico. O presidente da ADB alerta que a conseqüência negativa desse modelo é a instabilidade salarial, já que os adicionais, como a Gratificação por Desempenho de Atividade Diplomática (GDAD) são criados e regidos por normas diferentes. Esse tipo de remuneração pode ainda sofrer mudanças e até ser extinta, por ocasião da mudança de governo.

O assessor jurídico da ADB, José Antônio Torreão Bráz Filho, explica que uma parcela única não abre margem para interpretações. Segundo ele, a adoção do subsídio, além de garantir mais estabilidade aos servidores, poderia aumentar as chances de aproximação entre o salário dos diplomatas e os de outras carreiras, como os membros do Ministério Público e os delegados e peritos da Polícia Federal.

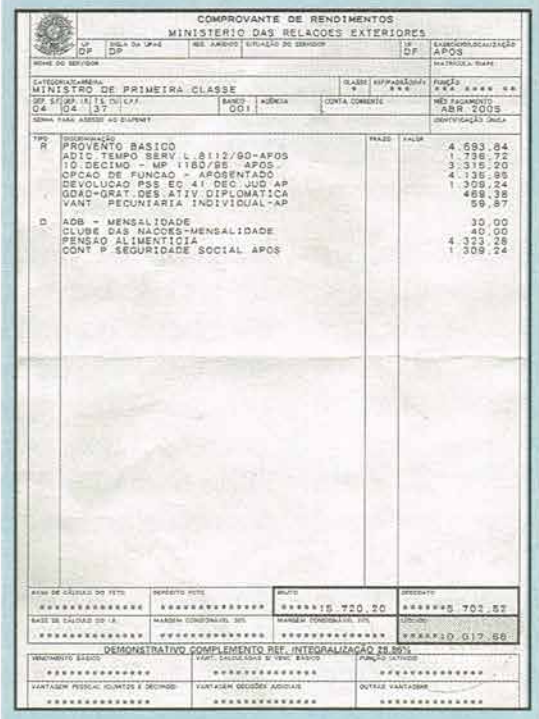
Outra vantagem da fórmula de remuneração defendida pela ADB é a preservação do valor dos salários de aposentados e pensionistas. "O princípio da paridade garante o recebimento de vantagens concedidas aos ativos", afirma Torreão Bráz.

Apesar de não citar a forma de pagamento dos diplomatas, a Constituição define que os servidores organizados em carreira também podem ser remunerados por meio de subsídio. No entanto, isso precisa ser definido por uma lei específica. "Isso quer dizer que a implantação depende de um entendimento entre o Executivo e o Congresso, para aprovar a modificação", esclarece Torreão Bráz.

Caminho das pedras

Como o projeto pode ser proposto tanto pelo governo como por um membro do Legislativo, a ADB começou a se articular para conseguir o apoio de um parlamentar que se disponha a apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC). Torreão Bráz acredita que há uma grande possibilidade de reestruturar a remuneração da carreira, devido à importância dessa atividade para o País. "Os diplomatas representam o Estado brasileiro no exterior e, portanto, precisam ser mais reconhecidos", justifica.

O ministro Flávio Castro lembra que, em ocasiões especiais, um terceiro-secretário pode assumir temporariamente um posto em outro país. Para ele, um servidor que negocia, informa e protege os interesses do País deve ser reconhecida como membro de uma das carreiras de Estado.



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

UF DF	SIGLA DA UPAG DP	MES ANO REF	SITUACAO DO SERVIDOR	UF DF	EXERCICIO/DESCAIXIFICAÇÃO APOS
NOME DO SERVIDOR					MATRICULA SIAPE
CATEGORIA/CARREIRA MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE				CLASSE *	REFERENCIA/NIVEL *** **** ** FUNÇÃO *** **** **
DT ESTABELECIMENTO 04 04 37		BANCO 001	AGENCIA	CONTA CORRENTE	MES PAGAMENTO ABR 2005
SENHA PARA ACESSO AO DIAPREV					IDENTIFICAÇÃO ÚNICA

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO BASICO		4.693,84
	ADIC TEMPO SERV L.8112/90-APOS		1.736,72
	10.DECIMO - MP 1180/95 APOS		3.315,20
	OPCAO DE FUNCAO - APOSENTADO		4.135,95
	DEVOLUCAO PSS EC 41 DEC JUD AP		1.309,24
	GDAO-GRAT.DES.ATIV.DIPLOMATICA		468,38
	VANT PECUNIARIA INDIVIDUAL-AP		59,87
D	ADB - MENSALIDADE		30,00
	CLUBE DAS NACOES-MENSALIDADE		40,00
	PENSAO ALIMENTICIA		4.323,28
	CONT P SEGURIDADE SOCIAL APOS		1.309,24

BASE DE CALCULO DO IR	IMPOSTO PAGO	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******15.720,20	******5.702,52
BASE DE CALCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNAVEL 30%	MARGEM CONSIGNAVEL 70%	LIQUIDO
**********	**********	**********	******10.017,68

DEMONSTRATIVO COMPLEMENTO REF. INTEGRALIZAÇÃO 28,86%

VENCIMENTO BASICO	VANT. GRATIFICAÇÃO DE VENC. BASICO	FUNÇÃO GATIVEIS
**********	**********	**********
VANTAGEM PESSOAL PONTOS E DECIMOS	VANTAGEM DECISÕES ADICIONAIS	OUTRAS VANTAGENS
**********	**********	**********

A ADB defende a adoção do subsídio para substituir a "sopa de letras" do contra-cheque dos diplomatas

Ministério Público

Além dos diplomatas, outras categorias reivindicam o direito de ser remuneradas por meio do subsídio em parcela única. Em 1998, o Ministério Público da União (MPU) apresentou um projeto de lei defendendo a adoção da nova forma de pagamento para os procuradores.

A justificativa da proposta assinala que, na condição de agentes políticos da União, os membros do MPU encaixam-se na categoria de "membros de Poder", citada pela Constituição. No entanto, o projeto foi retirado de tramitação em 2003 a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), e arquivado no ano passado.

A assessoria da PGR informou que o motivo da retirada foi a publicação da Lei nº 10.477, de junho de 2002, que já trata da remuneração dos membros do MPU. As novas regras anteciparam a aplicação do subteto e os percentuais em relação aos vencimentos dos ministros do STF.

Governo propõe reajuste para a carreira diplomática

O governo federal encaminhou à Câmara de Deputados, na segunda semana de junho, um projeto de lei que altera as gratificações de desempenho das carreiras de diplomatas, oficiais e assistentes de chancelaria. O objetivo do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é ajustar as tabelas salariais.

De acordo com a proposta, os servidores da ativa passariam a receber até 100% do vencimento básico de gratificação. Já aposentados e pensionistas teriam direito apenas a 30% do valor máximo do benefício. A justificativa para o projeto é a necessidade de corrigir distorções da política salarial em vigor.

O assessor jurídico da ADB, Torreão Bráz, avalia que a medida deve atenuar a defasagem dos salários. "Vai melhorar a remuneração, mas ainda há um caminho longo a se percorrer para que a carreira tenha um maior reconhecimento", afirma o advogado.

Cúpula América do Sul–Países Árabes: cooperação Sul–Sul avança

A idéia de convocar a Cúpula América do Sul–Países Árabes, como se sabe, amadureceu após as viagens que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Celso Amorim realizaram a diversos países do Oriente Médio, em 2003. Foram muitos os desafios enfrentados nos meses que se seguiram ao lançamento da iniciativa. Tratava-se, em primeiro lugar, de transformar o interesse inicial suscitado nos parceiros sul-americanos e árabes em participação ativa e convicção quanto a possibilidades e oportunidades oferecidas pela Cúpula.

Nesse sentido, buscou-se salientar o caráter inovador da iniciativa, concebida para incentivar o diálogo e a aproximação entre duas regiões, no contexto da cooperação Sul-Sul. Buscou-se, igualmente, evidenciar o potencial concreto de cooperação verificado nos mais diversos campos. Foram enfatizados os laços históricos e culturais que unem ambas as regiões e a importância, nas sociedades de tantos países sul-americanos, da presença de 17 milhões de pessoas de ascendência árabe.

Ficou evidente, desde o início, a necessidade de propor áreas concretas de cooperação nos campos da economia, do comércio, da ciência e tecnologia, e do desenvolvimento social, bem como negociar um texto de Declaração Final que pudesse refletir o consenso de ambas as partes em relação a temas prementes da agenda internacional. Pôde-se perceber que o processo preparatório seria parte trabalhosa, mas fundamental, da iniciativa presidencial brasileira.

Preparação da Cúpula

Foram realizadas, desde o início de 2004, reuniões intergovernamentais de diferentes formatos: ministeriais, no Cairo (janeiro de 2004), em Nova York (setembro de 2004) e Marraqueche (março de 2004); de altos funcionários, em Genebra (janeiro de 2004), Nova York (setembro e dezembro de 2004), no Cairo (setembro de 2004 e fevereiro de 2005) e em Marraqueche (março de 2005). Vale citar também as reuniões de caráter informativo, em várias oportunidades, com os embaixadores residentes em Brasília; bem como os encontros de coordenação com os países sul-americanos (Buenos Aires, setembro de 2004; Brasília, novembro de 2004 e Rio de Janeiro, março de 2005), para acordar posições.

De modo a aprofundar o conhecimento mútuo e buscando a participação da comunidade acadêmica de ambas as regiões, também foram realizados seminários. O primeiro tratou de aspectos históricos e culturais do Mundo Árabe, em São Paulo, em setembro de 2004. A cooperação científico-tecnológica foi tema de debates em Fortaleza e Petrolina, em outubro de 2004, quando foram discutidas questões relativas ao semi-árido e ao manejo de recursos hídricos.

Roosevelt Pinheiro/ABr

ária dos chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes e do encerramento dos trabalhos da cúpula

O trabalho de preparação da Cúpula pautou ainda uma discussão sobre a América do Sul, em Marraqueche, em março de 2005, no contexto da Reunião Ministerial. A ênfase desse evento foram os aspectos históricos, na presença e nas contribuições de migrantes e descendentes de árabes para culturas e sociedades sul-americanas e no processo de integração sul-americano.

Ao longo das negociações, foi notável a coordenação das posições do lado sul-americano, que atuou de forma construtiva e coesa, tanto nas reuniões internas como nas birregionais. Observou-se, também, nítido esforço da parte árabe no sentido de acomodar posições maximalistas e resistências, no que respeitava ao tratamento de temas delicados, quando das negociações do Projeto de Declaração. Prevaleceu, enfim, clima cordial e construtivo.

Representatividade da Cúpula

A presença expressiva de delegações de todos os países durante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo indicou que os entendimentos mantidos durante o processo preparatório foram, gradualmente, construindo importante confiança mútua. Estiveram presentes 18 chefes de Estado e de governo das duas regiões, mais de 60 delegados em nível de ministros de Estado e 200 altos funcionários de governo.

O governo brasileiro avalia que a realização da Cúpula representou um avanço importante nas relações entre os países sul-americanos e os árabes. Outro aspecto positivo a salientar diz respeito aos dividendos político-diplomáticos obtidos pela Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e pelo conjunto dos países árabes.

A Cúpula foi a primeira oportunidade em que a recém-criada CASA, que busca consolidar-se e afirmar sua representatividade, negociou com países de outra região. Os países árabes, por sua vez, puderam também obter ampla projeção, numa instância de porte para articulações diplomáticas.

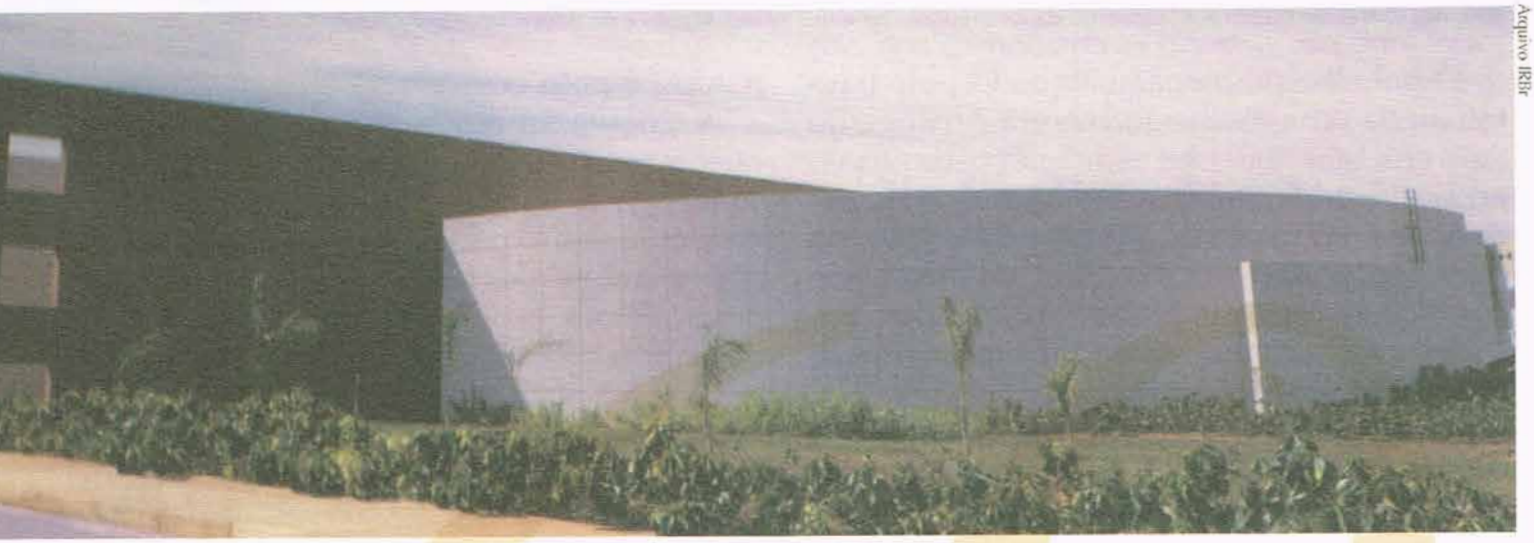
Agenda positiva

A Cúpula propiciou a discussão de uma agenda positiva e assim foi percebida desde o início pelos participantes. Seus resultados promissores em vários campos reforçam a percepção de que os objetivos são exeqüíveis. Isso pode ser verificado tanto no campo político, com o reforço do multilateralismo, do diálogo birregional e dos contatos bilaterais, como no campo econômico-comercial, com a assinatura do acordo entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo e com a participação de mais de 800 empresários no Seminário Empresarial e na Feira de Investimentos, ocorridos paralelamente à reunião de chefes de Estado e de governo.

Os efeitos no campo cultural, com iniciativas já em andamento, como a criação da Biblioteca Básica, composta por obras traduzidas mutuamente das literaturas árabe e sul-americana, também atestam que a agenda é totalmente exeqüível. A Cúpula lançou, enfim, bases para uma nova dinâmica nas relações Sul–Sul. Tal abertura representa espaço relevante, que deverá ser preservado e reforçado, com vistas à implementação das decisões contidas na Declaração de Brasília.

Vera Pedrosa

Instituto
um sexagenario



Arquivo IRBr

No dia 20 de abril deste ano, o chanceler Celso Amorim esteve no Instituto Rio Branco (IRBr), acompanhado pelo secretário-geral, para festejar com o embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do IRBr, os alunos e muitos colegas, os sessenta anos de existência (28 deles em Brasília) dessa instituição que honra o Itamaraty. Em sua grande maioria, os que participaram do evento, no belo prédio que ocupa desde o fim de 1998 (seu quinto endereço, a partir da fundação), não tinham razões para lembrar, ou mesmo conhecer, os atropelos da instalação do Instituto na nova capital.

O mesmo não se aplica, porém, a este ex-diretor, a quem coube efetuar a transferência para Brasília em condições menos do que perfeitas. Assim, ao recordar a história desse vigoroso sexagenário, sempre renovado, vale a pena começar por registrar pela primeira vez dois aspectos daquela mudança.

O primeiro foi o fato de que em 1976/1977, decidida a mudança do Instituto para Brasília, na verdade foi necessário recriá-lo. Com efeito, ficaram no Rio de Janeiro, além da turma do segundo ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), todos os professores e funcionários, pois nenhum deles teve condições de transferir-se para a capital.

Ora, sem os professores e os funcionários, desprovida de seu espaço físico, da biblioteca e de parte do equipamento, que resta de uma escola? Pode-se dizer, portanto, que o IRBr foi criado em 1945 e recriado em 1975.

Convênio com a UnB

O segundo fato foi mais traumático. Eis o que aconteceu: naquele ano, o ministro Azeredo da Silveira tinha obtido o *placet* presidencial para instalar o Instituto no campus da Universidade de Brasília (UnB). Negociou-se então um convênio com a UnB, que nos acolheu de boa vontade, cedendo o espaço necessário. Obtidos os recursos de custeio, foram realizadas obras, relativamente amplas, para abrigar o IRBr em um dos

Rio Branco sempre jovem

prédios da universidade, fora do "Minhocão".

Os preparativos corriam bem quando, cerca de um mês antes do início das aulas (com a turma do primeiro ano a ser recebida em Brasília, a do segundo ano transferida do Rio, onde completara o seu primeiro ano), um belo dia o ministro me convocou para dizer que o presidente tinha mudado de opinião, pois temia que o "potencial de greves e distúrbios" da UnB contaminasse os nossos alunos. Procurei contra-argumentar, em vão. "Tente explicar ao presidente!", suspirou Silveira, dando por encerrada a discussão.

Arquivo IRBr

A primeira turma de formandos do IRBr no antigo prédio do Itamaraty, no Rio de Janeiro

Bolo de Noiva

Diante do irremediável, tive de percorrer o Anexo 1, acompanhado por Dário Castro Alves, que comandava a Administração, à procura de espaço. O pouco que encontramos foi no 7° andar, onde havia algumas salas com poucos funcionários. Ali ficou mal instalado o Instituto, onde permaneceu até 1987, quando houve a mudança para o Anexo II, o "Bolo de Noiva".

É um incidente que chegou a hora de contar, nesta história movimentada de seis décadas. Em 1945, como parte das comemorações do primeiro centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, que, como sabemos, nasceu em 20 de abril (de 1845). Daí o Dia do Diplomata, lembrado, mas nem sempre festejado em abril.

Foi um começo revestido de certa ambigüidade, pois não se sabia bem que tipo de "centro de investigação e ensino", como o definiu o então secretário Jorge Latour, seria o IRBr. Poderia ser uma escola para o preparo de candidatos aos concursos de acesso à carreira, organizados com eficiência e correção pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) ou então um órgão exclusivo de formação e acesso à carreira diplomática, critério que acabou por prevalecer.

Nos anos 40 não parecia estranho que se exigisse dos candidatos ao Instituto apenas o colegial completo (de três anos, dividido em clássico e científico, depois dos cinco de ginásio) – embora fosse comum o candidato já graduado, geralmente em Direito. A Economia não tinha a popularidade que viria a adquirir mais tarde e, simplesmente, não havia cursos de Relações Internacionais. De qualquer forma, desde o primeiro concurso firmou-se o conceito de que o exame era dos mais difíceis.

Contribuição da universidade

O nível da exigência acadêmica cresceu com a universidade brasileira: a partir de 1966 passou a ser o primeiro ano de qualquer curso superior; depois de 1967, o segundo ano; em 1984, o terceiro. Com a exigência do bacharelado, em 2002, o Profa-1, desde 1995 sucessor do CPCD, foi reconhecido pela Capes como mestrado em Diplomacia.

Mulheres na diplomacia? Não era a atitude prevalecente naqueles primeiros anos, e um Decreto-Lei de 1938 vedava o ingresso

feminino na carreira e, conseqüentemente, no IRBr. Quem rompeu o tabu legal foi Maria Sandra Cordeiro de Mello (depois Macedo Soares), que se inscreveu no exame de admissão *sub judice*, e nessa condição cursou o CPCD. Lutou pela sua posição e, em 1954, uma lei abolia a discriminação.

A prova de português sempre foi considerada a mais rigorosa do exame de admissão. Quanto às línguas estrangeiras, durante muitos anos exigiu-se a proficiência escrita e oral em inglês e francês. Durante algum tempo as duas línguas eram obrigatórias, mas o candidato só precisava tirar a nota mínima em uma delas. Por fim, o francês foi retirado do exame, devido ao número relativamente pequeno de candidatos habilitados. Mais recentemente tivemos a rumorosa decisão de retirar o caráter eliminatório do inglês, fonte de polêmica a respeito da qual poucos leitores terão uma posição de indiferença.

O governo militar impediu a mudança do IRBr para o campus da UnB, temendo o "potencial de greves" dos estudantes

Gustavo Magalhães

Deuses no Olimpo

Nos primeiros exames havia também uma prova oral de cultura geral que, como o nome sugere, era caracterizada por um temário amplíssimo. Na conversa entre candidato e examinadores, estes podiam comportar-se como deuses no Olimpo. Felizmente era um exercício apenas classificatório, mas como sofriam os que precisavam de média para alcançar a nota mínima de aprovação!

No Rio de Janeiro, o Instituto ocupou, a princípio, instalações modestas na sede do Palácio Itamaraty, na tradicional Rua Larga. Era um prédio conhecido como "Niterói", por estar situado do outro lado da "baía", representada pelo lago que adornava o jardim do palácio. Ainda no Rio de Janeiro, o IRBr teve uma segunda localização, perto da igreja da Candelária.

O leitor já terá percebido que, na época, o clima do Instituto era definitivamente carioca. Os poucos candidatos que vinham do Nordeste e do Sul (o Centro-Oeste e a Amazônia eram por demais remotos) precisavam instalar-se no Rio de Janeiro para estudar e fazer o exame – um fator limitante.

Abertura do IRBr

Na verdade, a abertura do Instituto para a amplitude do Brasil deu-se graças à iniciativa de dois jovens terceiros-secretários, Amaury Bier e Sérgio da Veiga Watson (o primeiro, já falecido; o segundo, fazendeiro dominical e ex-presidente da nossa ADB). Eles sugeriram, em 1958, ao diretor Antônio Camillo de Oliveira a divulgação do IRBr na província – uma sugestão oportuna, que vingou e firmou um esforço que nunca mais deixou de ser feito.

Por ter visto tão de perto o Instituto, por duas vezes e durante uma década, preciso conter-me para não exceder os limites deste artigo. No entanto, muito haveria a dizer sobre outras importantes atividades do IRBr. Por exemplo, o CAD; o CAE, com o seu monumental acervo de estudos monográficos, coligidos ao longo de 28 anos; o programa de bolsistas estrangeiros, que já beneficiou meia centena de países; o relacionamento com academias diplomáticas estrangeiras; a cooperação estendida a outros países, no campo da formação diplomática.

Mais recentemente, vale citar o programa dirigido para afro-descendentes. Entre essas múltiplas atividades, a nossa ADB comparece com a Bolsa de Estudos Celso Terra, criada em 2003 para custear parcialmente a preparação de candidatos carentes.

Não existe instituição perfeita, porque elas sempre refletem a fragilidade humana, mas temos no Itamaraty boas razões para emular o conde Afonso Celso e proclamar: "Eu me ufano do Instituto Rio Branco".

Sérgio F.G. Bath

Pedro Bório, um diplomata que cuida da cultura da capital

André Abrahão

O ministro de segunda classe Pedro Bório está fora da "lida diplomática" desde 1998, mas acompanha *pari passu* todos os movimentos da política externa e da carreira diplomática brasileira. Nesta entrevista exclusiva ao Boletim da ADB,o diplomata avalia a política externa do governo Lula, fala da sua admiração pelo chanceler Celso Amorim e comenta sobre a importância do Ano do Brasil na França. Ele também propõe a duplicação do efetivo do corpo diplomático e conclama os colegas a "perder o pudor para cobrar os direitos" da categoria. Na condição de secretário de Cultura do Governo do Distrito Federal, Pedro Bório conta que a sua principal missão é firmar cooperações com museus ao redor do mundo para o Complexo Cultural de Brasília, que deve ser inaugurado pelo GDF no próximo ano.

De que maneira a formação diplomática contribui para o exercício de outras atividades fora do Itamaraty?

A experiência diplomática ajuda especialmente por causa da organização de procedimentos, que é a característica do Itamaraty. O cuidado com o arquivo pode parecer banal, mas muitas vezes a dificuldade de recorrer aos precedentes é espantosa. Ver o mundo também ajuda bastante, porque nos dá oportunidade de ver e aprender com a experiência dos outros. A única vantagem do desenvolvimento tardio é poder pinçar da experiência alheia aquilo que seja mais conveniente e proveitoso. A única advertência é que ainda há colegas que precisam conhecer melhor o próprio país e procurar manter um vínculo mais forte com as origens. Fiz questão de conhecer o Brasil inteiro e chego a viajar 10 mil quilômetros por mês dentro do Distrito Federal. É preciso mergulhar profundamente na realidade brasileira.

A Secretaria de Cultura do Distrito Federal está participando da programação do Ano do Brasil na França? Qual é a importância dessa agenda para o Brasil?

É uma oportunidade importantíssima, mas essas iniciativas devem ser temperadas pela continuidade. Promover e divulgar o Brasil no exterior tem como principal desafio a continuação dessas políticas, e não o volume de dinheiro que demandam. Outra ressalva é que o Ano do Brasil na França teve pouco tempo para ser articulado. Com um prazo maior, seria possível equilibrar os gastos públicos, por meio de parcerias com a iniciativa privada. A Secretaria de Cultura do Distrito Federal vai participar de alguns eventos, como uma exposição sobre Oscar

Niemeyer e Brasília. Gostaríamos de fazer mais, no entanto, gerir cultura é administrar a escassez.

Existe alguma articulação entre a Secretaria de Cultura e as embaixadas estrangeiras sediadas em Brasília?

É uma relação necessária e a diplomacia fornece uma visão não provinciana de Brasília, como capital cosmopolita e diplomática. Temos usado muito o aprofundamento das relações com as embaixadas, que são parceiras fundamentais, para trazer a Brasília mais cultura do exterior. No ano passado, firmamos cerca de 40 parcerias, principalmente para promover participações especiais de estrangeiros na orquestra local e mostras de filmes de diversos países. As negociações mais recentes têm o objetivo de firmar cooperações com museus ao redor do mundo para a criação do Complexo Cultural, em Brasília.

André Abrahão

Como o senhor avalia o acervo cultural e artístico do Itamaraty e o acesso dado à população?

O Palácio do Itamaraty é um exemplo. Ele é um dos poucos prédios públicos com visitação regular. Existe um projeto na Câmara Legislativa que transfere para o Novo Museu de Brasília a organização e a curadoria de todo o patrimônio artístico da cidade. O objetivo não é retirar as obras de espaços adequados e abertos ao público, como Itamaraty, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional, mas garantir a curadoria e a conservação, por meio de empréstimo, de milhares de obras que estão em depósitos.

Como o senhor avalia os rumos da política externa do governo Lula?

Fazer uma avaliação, francamente, seria pretensioso. Mas penso que política externa é processo, cada governo vai dando as próprias ênfases e atuando na medida das possibilidades. Muito do que tem sido possível fazer agora é fruto da gestão anterior. É preciso voltar o olhar para o mapa econômico, pois, sob esse ponto de vista, o Japão e o mundo árabe são nossos vizinhos. Mas isso esbarra no atual drama da política internacional, isto é, a falta de recursos para aparelhar as embaixadas e assegurar uma presença efetiva no cenário externo. Outro aspecto que atrapalha são os palpiteiros das áreas técnicas do governo. Todas as assessorias internacionais deveriam ser coordenadas pelo Itamaraty, em conjunto com os titulares dos ministérios. O grande esforço deve ser a promoção de uma política externa de natureza suprapartidária e abrangente, e isso sempre foi uma riqueza nossa.

O que o senhor pode dizer sobre o desempenho do chanceler Celso Amorim?

Sou até suspeito para falar, porque sou um admirador de muito tempo do Celso Amorim, um profissional altamente qualificado e muito brilhante na formação acadêmica. As experiências de ter estado fora do Itamaraty e de ter sido chanceler em um momento anterior dão a ele condições muito peculiares para compreender o funcionamento da burocracia. Não há substituto para a experiência que se ganha com a exposição constante à realidade política, em anos de Genebra, por exemplo. Em parte, talvez por isso a política externa esteja cotada hoje como uma área que vai bem, dentro do governo.

Qual é a opinião do senhor sobre a persistente movimentação do governo Lula para conquistar um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)?

Na medida em que possa haver a reforma do Conselho de Segurança, é inadmissível que o Brasil não se candidate e que alguém duvide das nossas credenciais para tanto. É incompreensível, pois estamos sempre presentes e preparados para as várias reuniões da ONU, em Genebra, Nova York, Nairóbi –

muitas vezes com enorme dificuldade, dadas a complexidade das questões. Até hoje, não existem mais de 40 países que conseguem operar com esse tipo de presença.

As mudanças internas feitas no Itamaraty para dar maior destaque às relações Sul–Sul são corretas?

Em termos muito simples, é uma obrigação. Não é, de modo algum, negligenciar o relacionamento com os países centrais. O fato é que não podemos ser limitados a meia dúzia de grandes parceiros. Em relação aos vizinhos, por exemplo, ainda há muito chão pela frente, mas essa ênfase é fundamental. O Brasil ficou muito tempo de costas para seus vizinhos. Diplomacia é como publicidade. Sou totalmente a favor de investimentos e esforços agressivos em diplomacia, mesmo com países menores, até porque sempre existem possibilidades reais de negócios.

O efetivo e a remuneração da carreira diplomática são satisfatórios?

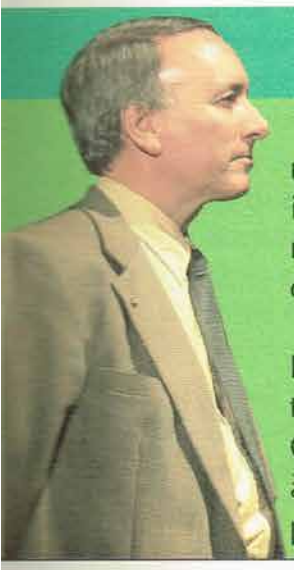
Precisaria de uma entrevista inteira para falar desse assunto. Acho que tivemos, durante aqueles velhos tempos de "punhos de renda", um pudor de cobrar certos direitos. Por exemplo, o auxílio-moradia no exterior só foi liberado quando a situação ficou insustentável e o mesmo se repete com o auxílio-educação. É uma luta importante, que não deve perder de vista a realidade do País e a dificuldade criada pela forma cabotina de meramente converter em reais o salário pago lá fora. A relação é com o custo de vida de cada local. Também vejo colegas na maior parte das grandes embaixadas absolutamente estressados e assoberbados de trabalho, por isso concordo que a carreira precisa dobrar o número de diplomatas e de servidores das carreiras administrativas, como oficiais de chancelaria. Por isso, não podemos perder a capacidade de atrair bons profissionais. Atualmente, tem se formado um mercado para graduados em diversas áreas, com talento para relações internacionais. Ademais, é preciso tornar a carreira altamente atrativa e estimulante para quem chega até conselheiro e difundir a visão de que nem todos os diplomatas devem entrar no Itamaraty querendo chegar a embaixadores.

André Abrahão

O Instituto Rio Branco completa 60 anos neste ano. Como o senhor avalia o trabalho dessa instituição e sua importância no País?

Faço parte da primeira turma de Brasília, que fará 30 anos em 2006. Ao longo de sua história, o Rio Branco tem mantido a essência, isto é, ser um absoluto centro de excelência altamente reconhecido e prestigiado. Não há governador no Brasil, prefeito de capital ou liderança importante de qualquer segmento, que seja convidado para falar no Instituto Rio Branco e não aceite. O prestígio é muito grande e acho que isso podia ser mais usado.

P E R F I L



Diplomata de carreira, o ministro de segunda classe Pedro Henrique Lopes Bório nasceu no dia 25 de maio de 1956, em Curitiba, Paraná. Estimulado pelo padrinho, ingressou no Itamaraty em 1977. O primeiro grande desafio foi uma missão do Brasil na ONU, em Nova York. Serviu também nas embaixadas de Tóquio e Washington, onde atuou na divulgação do Brasil durante a Copa do Mundo de 1994.

De volta do exterior, trabalhou na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência e no Ministério do Trabalho. Assumiu, em 2002, a chefia da representação do estado do Paraná, em Brasília. No ano seguinte foi nomeado secretário de Cultura do Distrito Federal, com a missão de auxiliar o governo na tarefa de entregar à população o Complexo Cultural de Brasília, última obra que falta para completar o projeto original da Esplanada dos Ministérios.

O Brasil e a nova agricultura dos trópicos

Criada em 26 de abril de 1973, a Embrapa acaba de completar 32 anos sob nova diretoria. Para Sílvio Crestana, seu atual presidente, o desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao ambiente tropical deve ser visto como uma questão de soberania. Em entrevista exclusiva para o Boletim da ADB, Crestana comenta as características da nova agricultura dos trópicos, a atuação da Embrapa na cooperação internacional mantida pelo País e a importância das parcerias no combate à fome no Brasil e no continente africano.

Como o senhor avalia o papel da Embrapa nesses 32 anos de existência?

O ano de 1973, o mesmo da criação da Embrapa, foi um divisor de águas para a agricultura nacional. Até então, a agricultura brasileira ainda tinha um caráter extrativista bastante acentuado. Seu crescimento decorria primordialmente da abertura de novas fronteiras agrícolas em busca do aproveitamento da fertilidade natural dos solos, nas várzeas e nos talhões da chamada "terra de cultura". Nas três últimas décadas, o Brasil reinventou sua agricultura. Na verdade, foi criada uma nova agricultura, tão eficiente quanto a dos países desenvolvidos, de clima temperado, mas uma agricultura essencialmente tropical.

A contribuição mais importante da Embrapa e das instituições associadas, durante esse período, não terá sido uma ou outra tecnologia isolada, mas o fato de que criaram e adaptaram às condições do País um conjunto de plantas, animais, práticas, máquinas e manejos que formam uma agricultura totalmente diferente da que o Brasil praticava até o início dos anos 70 e que pode ser considerada uma "nova agricultura dos trópicos".

Como surgiu e o que caracteriza a "nova agricultura" no Brasil?

A primeira grande alteração foi uma mudança de mentalidade. O movimento de modernização da agricultura, liderado pela Embrapa e ancorado nas universidades e nos institutos estaduais de pesquisa agrícola, conseguiu convencer a sociedade brasileira – sobretudo políticos e empresários – de que era preciso aumentar a safra pela via do crescimento da produtividade, em vez de abrir novas áreas de plantio.

Esse movimento fez governantes e cidadãos compreenderem que era preciso desenvolver e usar tecnologias adequa-

Arquivo Embrapa

das ao ambiente tropical. Isso demandava criar competência própria e conhecer bem esse universo, de maneira a saber escolher e usar as contribuições relevantes da ciência mundial, mas com o cuidado de não ser dependente das tecnologias feitas fora do Brasil. Sob este aspecto, tratou-se de um projeto de soberania.

Qual foi o resultado dessa nova abordagem?

O Brasil vivencia um processo de adoção e criação de tecnologias modernas de velocidade e intensidade desconhecidas até mesmo nos países avançados. Além de sua participação no abastecimento de produtos tradicionais como madeira, açúcar e café, o Brasil está, hoje, entre os grandes exportadores do complexo soja, de carnes bovina, suína e de frango, frutas, suco de laranja, milho e celulose. É o maior produtor e já exportador de álcool de cana-de-açúcar e voltou a ser um importante fornecedor de algodão. E essa "nova agricultura" é uma agricultura brasileira, uma vez que é formatada por nossas condições ambientais. Nesse sentido, o Brasil é hoje o maior banco de conhecimento em agricultura tropical no mundo.

Como a nova agricultura vem alterando a produção nacional de gêneros alimentícios?

Talvez o mais relevante dos atributos da nova agricultura seja a nova geografia da produção, redesenhada a partir do aproveitamento dos cerrados e do semi-árido nordestino como áreas nobres para produção de grãos, carnes, fibras, hortaliças e frutas. Conhecimentos e investimentos foram interiorizados, deslocando-se o eixo de produção para regiões antes desconhecidas e distantes como o norte do Mato Grosso, o sul do Piauí ou o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte.

O concurso da ciência permitiu que a irrigação chegasse redentora ao semi-árido nordestino e, com ela, um enorme avanço na produção de frutas e hortaliças e a redução dos seus preços para os consumidores, fazendo do Brasil um dos grandes exportadores de frutas. Cabe acrescentar que a Embrapa é uma instituição de base nacional que leva amplamente em conta o regional. Ela tem, por exemplo, sete centros de pesquisa no Nordeste e um em cada estado da Região Norte, o que a torna uma instituição bastante descentralizada e contribui para sua presença homogênea no território brasileiro.

Quais os focos principais da cooperação internacional mantida pela Embrapa?

A Embrapa atua definindo a linha de pesquisa e de prospecção tecnológica com a preocupação de que exista simetria entre os pesquisadores de ambos os lados. Existem três eixos de cooperação: o Sul–Sul (no qual atua a Agência Brasileira de Cooperação); o das áreas de pesquisa e de prospecção tecnológica com países desenvolvidos (cujo modelo de cooperação é o Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior – Labex); e o da cooperação triangular.

A cooperação em inovação e negócios tecnológicos no eixo Sul–Sul visa oferecer treinamento, consultoria, transferência de tecnologia, produtos e serviços de base tecnológica, seja como estratégia competitiva seja como expressão de laços entre nações amigas. No eixo Norte–Sul, procura-se contribuir para a diminuição do hiato de exclusão tecnológica. O nosso banco de conhecimento, informações, tecnologias, recursos da biodiversidade e inovação em agroecossistemas tropicais é

Arquivo Embrapa

usado como "moeda de troca" em relação às informações, tecnologias e inovações recebidas. Já o eixo triangular realiza-se com financiamento majoritário de organismos internacionais e fundos de combate à pobreza e à fome, exercendo o Brasil, por meio da Embrapa e do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), o papel de "correia transmissora" de inovação e desenvolvimento territorial para áreas rurais de países da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia.

No que toca à cooperação recebida, gostaria de ressaltar o seguinte: mesmo o modelo Labex, relativo ao eixo Norte-Sul, foi concebido para trocas simétricas, em igualdade de condições entre pesquisadores, com base no princípio da reciprocidade.

O senhor poderia comentar a cooperação mantida com o continente africano?

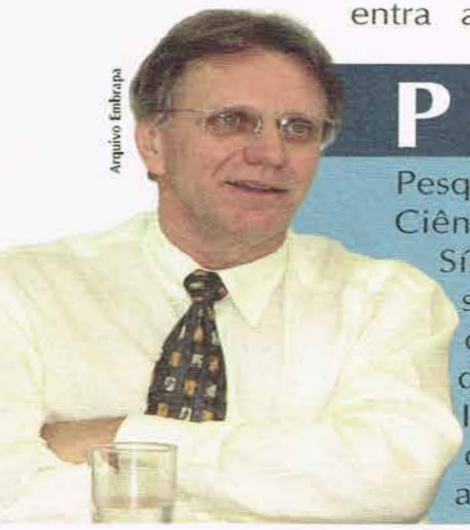
Alguns trechos do continente africano apresentam características que o Brasil apresentava há várias décadas, em termos de insuficiência da infra-estrutura e outros gargalos. Além disso, há semelhanças de clima e solo. A savana africana e o semi-árido nordestino, por exemplo, têm a mesma latitude.

Se países africanos cooperarem com países do Hemisfério Norte em detrimento do Brasil estarão, de certa forma, perdendo tempo, porque a tecnologia dos países desenvolvidos não é adaptada ao clima tropical. Aqui, entra a importante questão dos ecossistemas: a sustentabilidade ambiental só se viabiliza com resposta específica, com a agravante de que as tecnologias do Norte são de países industrializados ricos, o que impõe um modelo de capital intensivo, dependente de muita infra-estrutura instalada e que absorve pouca mão-de-obra.

O Brasil teria, então, uma "vantagem comparativa", nesse sentido?

Na África e na América Latina existe mão-de-obra sobrando e emprego faltando e condições precárias, em termos de infra-estrutura e organização do Estado para um certo tipo de produção. A experiência brasileira com a agricultura familiar é de baixo insumo e, que por ser diversificada, traz vantagens do ponto de vista socioeconômico e ambiental pode ser rapidamente estendida a vários países africanos. Em alguns países da África, o zoneamento ecológico e a identificação de culturas viáveis se torna mais fácil, na prática, na cooperação com o Brasil.

Também existe potencial para o intercâmbio, em maior escala, na área da agricultura empresarial. O importante é ver que é fundamental para esses países escolher parceiros adequados para resolver o principal problema comum, que é a fome. Nós podemos prestar cooperação tanto pela via da pesquisa e do desenvolvimento quanto pela via da transferência de tecnologia. O que aconteceu com o interior do nosso território durante os últimos 30 anos pode ser repetido nas áreas tropicais de outros continentes.

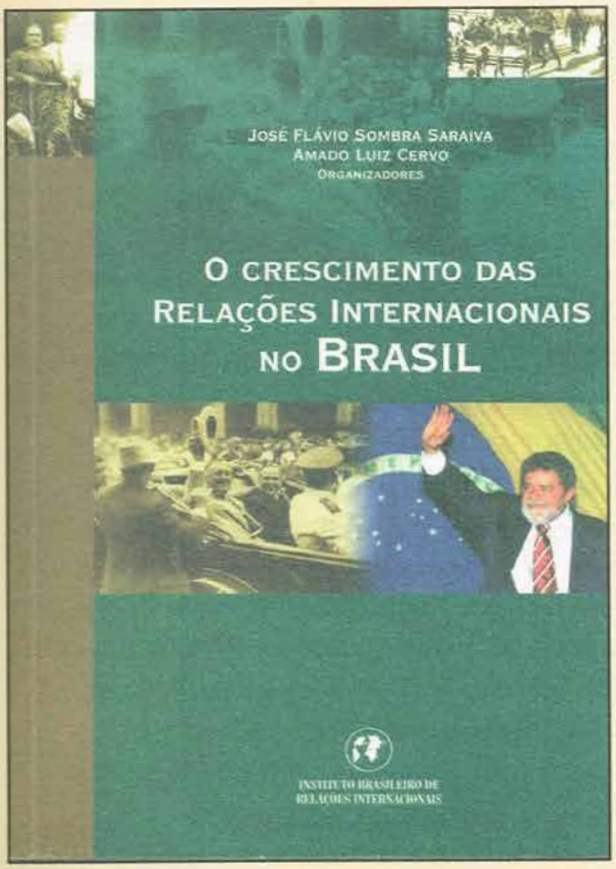

Arquivo Embrapa

PERFIL

Pesquisador da Embrapa com pós-doutorado em Ciência do Solo e Ciências Ambientais pela Universidade da Califórnia (Davis/EUA), Sílvio Crestana destacou-se internacionalmente pelo trabalho, considerado marco científico, de introdução da tomografia computadorizada na Ciência do Solo, em associação com pesquisadores dos Estados Unidos e da Austrália. Foi chefe-geral da Embrapa Instrumentação Agropecuária, em São Carlos (SP), e o primeiro chefe do Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior – Labex. É co-autor de seis patentes.

***Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*, de Paulo Roberto de Almeida**; 2ª edição; Editora Senac/Funag; 2005; 680 páginas.

Parcialmente apresentada como tese de CAE em 1997, publicada originalmente em 2001, sai agora em edição revista e ligeiramente ampliada uma obra "fundadora" sobre os fundamentos e a evolução da primeira diplomacia econômica brasileira, cobrindo as etapas iniciais e o desenvolvimento das relações econômicas internacionais do Brasil no decorrer do século XIX. Prefaciada pelo embaixador Alberto da Costa e Silva, essa obra aborda, em oito densas partes, as diversas vertentes da diplomacia econômica durante o Império, além de acompanhar a mudança de hegemonias, da libra ao dólar, já em pleno século XX. O volume compila ainda, do ponto de vista quantitativo, a mais extensa série de estatísticas históricas disponíveis, além de quadros analíticos que completam a informação qualitativa sobre essa diplomacia em perspectiva histórica. Uma cronologia do processo econômico colonial (de 1415 a 1822) encerra o volume, que pode ser adquirido na Funag. O índice geral da obra pode ser conferido no endereço http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/indiceFDE2005.htm.



***O crescimento das relações internacionais no Brasil*, de José Flávio Sombra Saraiva e Amado Luís Cervo (orgs.)**; Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; 2005; 308 páginas.

Trata-se de obra comemorativa dos 50 anos do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Fundado no velho Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 1954, o IBRI passou a editar, a partir de 1958, a decana *Revista Brasileira de Política Internacional*. O instituto e a revista foram transferidos, em 1993, para Brasília. O volume compõe-se de dez capítulos, divididos em quatro partes, cobrindo respectivamente os problemas do conhecimento e do ensino de relações internacionais no Brasil, poder nacional e segurança, os fluxos humanos e de conhecimento entre o Brasil e o mundo e, finalmente, as estruturas econômicas internacionais. Seus autores são quase exclusivamente acadêmicos, mas a "Prata da Casa" é representada pelo diplomata Paulo Roberto de Almeida, que comparece com um extenso capítulo sobre as finanças internacionais do Brasil. O sumário figura no link http://www.pralmeida.org/01Livros/2FramesBooks/83CrescRIBr2005.html e o livro pode ser adquirido no site do IBRI (http://www.ibri-rbpi.org.br/guarany/livros/l.html).

José Manoel Cardoso de Oliveira: um diplomata da "belle époque"

Arquivo IRBr

Antiga Sede do Itamaraty, no Rio de Janeiro

José Manoel Cardoso de Oliveira, poeta, romancista, historiador, magistrado e diplomata, começou sua carreira em 1886. Ativo durante mais de quatro décadas desde o Império e no decorrer de toda a República Velha, ele foi um típico representante da vertente elitista e bacharelesca da burocracia brasileira que, tendo emergido no sistema unitário e centralizador do Império, evoluiu no quadro meritocrático do republicanismo oligárquico para dissolver-se no processo de burocratização do Estado brasileiro conduzido pelo regime modernizador de Getúlio Vargas.

Nascido em 1865, em Salvador, José Manoel bacharelou-se aos vinte anos, pela Faculdade de Direito do Recife. Depois de ter sido promotor em Itauçu, BA (1886), a República o nomeia auxiliar da delegacia do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul. Em 1891 ingressa na carreira consular, separada da diplomática até 1933. Sua curta carreira de cônsul teve início em dezembro de 1891, por Nova Orleans, mas em fevereiro de 1895 o consulado, por motivos orçamentários, foi extinto.

De volta ao Brasil, Oliveira permanece em comissão, no Rio de Janeiro, até agosto de 1896, aproveitando o tempo para organizar, por ordem do ministro Carlos Augusto de Carvalho, uma coleção completa das consultas do Conselho de Estado e dos pareceres dos consultores do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1842 a 1889. Inéditos em sua forma completa (21 volumes manuscritos), os índices cronológico e alfabético das consultas e pareceres foram publicados como anexos ao Relatório de 1896.

Barão do Rio Branco

Cardoso de Oliveira ingressou na carreira diplomática como segundo-secretário, em Berlim, em janeiro de 1896, ali servindo até janeiro de 1898, quando foi transferido para Berna, atuando como encarregado de Negócios, de 1° de outubro daquele ano até abril de 1901. Sua vida cruza, então, com a do futuro chanceler: o Barão do Rio Branco foi designado por Campos Salles, em novembro de 1898, como "ministro especial" em Berna, com o objetivo de preparar a memória brasileira relativa ao caso do Amapá, colocado sob a arbitragem do presidente da Suíça.

A "memória" de Rio Branco é entregue ao árbitro suíço em 5 de dezembro de 1899 e, durante todo o ano de 1900, o Barão permanece em Berna, à espera do laudo final. Ele não fica inativo, porém, e Cardoso de Oliveira é testemunha de sua intensa dedicação ao caso da Guiana, entregue ao amigo Joaquim Nabuco. A decisão sobre o Amapá,

uma completa vitória para o Brasil, é anunciada em 1° de dezembro, com a entrega da enorme exposição do relator, um volume de mais de 800 páginas, mais extensa que as memórias conjuntas do Brasil e da França.

Passagem por Londres

Pouco antes de Rio Branco ser designado, em março de 1901, ministro plenipotenciário na Legação em Berlim, junto à Corte de Guilherme II — da qual se afastaria no final de 1902 para servir como chanceler de Rodrigues Alves —, Cardoso de Oliveira era removido, em janeiro daquele ano, como primeiro-secretário para a Legação em Londres, tendo ali chegado no dia 1° de maio. Na capital britânica, onde estava Joaquim Nabuco, Cardoso de Oliveira atuou diversas vezes como encarregado de Negócios, entre 1901 e 1905.

Em fevereiro de 1907, Cardoso de Oliveira, então com 42 anos, é promovido a conselheiro da Legação em Londres, mas, chamado a serviço ao Rio de Janeiro em maio do mesmo ano, viaja ao Brasil, para não mais retornar à capital britânica. Nesse mesmo ano ele redigiu, a pedido de Rio Branco, uma notícia pormenorizada sobre a reunião e os trabalhos do *3° Congresso Scientifico Latino-Americano*, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1905.

É de se presumir que Rio Branco, conhecedor de seu trabalho anterior, publicado no Relatório de 1895, em torno das consultas do Conselho de Estado e dos pareceres dos consultores jurídicos, buscasse aproveitar-se de sua capacidade como compilador dos instrumentos jurídicos e dos atos internacionais vinculando o Brasil.

Cardoso de Oliveira permaneceria na capital da República de julho de 1907 a julho de 1912, quando é removido para o México. No intervalo que se seguiu entre postos no exterior, ele seria promovido e designado, primeiro como ministro residente na Colômbia (dezembro de 1907), depois, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Bolívia (janeiro de 1909), mas não chegou a assumir nenhum desses postos, permanecendo à disposição da Secretaria de Estado no Rio de Janeiro e, ocasionalmente, em Petrópolis (onde o Barão tinha casa e onde se refugiavam muitos diplomatas estrangeiros, amedrontados com a febre amarela). Suas promoções parecem ter a ver com o trabalho intelectual que ele passou a desempenhar para o Barão, amante dos velhos papéis, dos antigos tratados que conformaram os limites do Brasil.

Arquivo IRBr

O diplomata Cardoso de Olive fez parte do grup de colaboradores do Barão do Rio Branco devido à sua capacidade de compilar atos internacionais de interesse do Brasi

Tem aí origem a magnífica coleção dos tratados e convenções a partir de 1808, que ele pacientemente organizou, a pedido do Barão, entre 1908 e 1911, assim como a obra *Actos Diplomaticos do Brasil*. Atendendo a um pedido de Rio Branco, sempre cioso do bom funcionamento da Casa, Cardoso de Oliveira preparou, em 1911, uma monografia tratando da Remodelação dos Quadros do Corpo Consular Brasileiro (Petrópolis, 1911), serviço pelo qual ele tinha iniciado sua carreira, vinte anos antes.

Fase nômade

Depois da morte do Barão, seu itinerário, essencialmente nômade, é feito no exterior, a começar pelo México, onde, numa fase

interessante e difícil da sua carreira, pôde seguir alguns dos lances mais importantes da revolução que agitou o país durante longos anos. Removido para lá em julho de 1912, a partir de abril do ano seguinte e até 1915, teve a seu cargo os interesses dos Estados Unidos no México. Encerrando sua missão em agosto daquele ano, partiu, a convite do governo americano, em visita aos Estados Unidos.

Removido para Assunção em março de 1917, permanece na capital paraguaia apenas de abril a setembro desse ano, quando é enviado para Santiago do Chile. No Chile assistiu às comemorações do primeiro centenário da independência chilena (1918) e às do quarto centenário do descobrimento do estreito de Magalhães (1920).

O perfil do diplomata do Século XX, segundo Cardoso de Oliveira: "... já não pode o diplomata de hoje... imaginar-se na época das cabeleiras empoadas, dos peitilhos de renda, dos passeios em.... cadeirinhas; deve agora, com sólido preparo, usar e abusar do automóvel para visitar os grandes empórios comerciais, analisar-lhes as potencialidades das firmas, freqüentar os centros manufactureiros, compulsar estatísticas, cotações de preços e tabelas de câmbio..."

Estada em Lisboa

Designado embaixador junto à República portuguesa e removido para Lisboa em setembro de 1922, ele acompanha o presidente Antonio José d'Almeida, que acabava de fazer visita oficial ao Brasil, para as comemorações do primeiro centenário da independência. A estada em Lisboa coincidiu com outro quarto centenário, as comemorações dos 400 anos da morte de Vasco da Gama (1524).

Num opúsculo publicado em Portugal, Cardoso de Oliveira discorreu sobre *A Moderna Concepção da Diplomacia e do Comércio*, no qual, encarnando o espírito *belle époque*, afirmava, entre outras coisas: "... já não pode o diplomata de hoje... imaginar-se na época das cabeleiras empoadas, dos peitilhos de renda, dos passeios em... cadeirinhas, nem da pena de pato... aparada entre boas pitadas de rapé; deve agora, com sólido preparo, usar e abusar do automóvel para visitar os grandes empórios comerciais, analisar-lhes as potencialidades das firmas, freqüentar os centros manufactureiros, compulsar estatísticas, cotações de preços e tabelas de câmbio... (...) o diplomata e o comerciante se completam para as mais sólidas realizações do viver moderno internacional".

Longevidade

Novamente em comissão no Rio de Janeiro, entre novembro de 1927 e janeiro de 1928, veio finalmente a aposentar-se em fevereiro de 1931, depois de servir como embaixador em Lisboa durante oito anos e meio. De retorno ao Rio de Janeiro em março de 1931, aos 66 anos de idade, Cardoso de Oliveira encontra um Brasil sensivelmente diferente daquele no qual tinha exercido suas primeiras atividades profissionais ou encargos diplomáticos, a começar pelo próprio Itamaraty.

Residindo a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, pai de quatro filhas, ele veio a falecer em fevereiro de 1962, em São Paulo, na provecta idade de 97 anos.

Paulo Roberto de Almeida

San Tiago Dantas, um homem na vanguarda do seu tempo

Um *ex-libris* costuma sintetizar um conceito básico ou mesmo o que vai na alma daquele que o adota. O do Barão do Rio Branco era *Ubique Patria Memor*, uma jóia que inspira os diplomatas brasileiros. O escolhido por San Tiago Dantas foi *Ab Multis Ad Unum*, isto é, unidade a partir da diversidade, que reflete a orientação de seu raciocínio indutivo de solucionar problemas complexos após a avaliação de múltiplas variáveis.

Resumir, em poucas páginas, a vida, o pensamento e a obra de San Tiago Dantas é, realmente, uma tarefa temerária. Arriscarei fazê-la como uma humilde homenagem àquele ilustre brasileiro, de quem fui aluno, pelos idos de 1940, e a quem servi, em Brasília, de 1961 a 1964.

Nas lápides, geralmente, empregam-se uma estrela e uma cruz para assinalar o nascimento e a morte de uma pessoa. Entre a sua estrela e a sua cruz, Francisco Clementino San Tiago Dantas viveu 53 anos, deixando um exemplo de trabalho dedicado e de bons serviços prestados ao País, no magistério, na educação, no jornalismo, no Parlamento, na Diplomacia, entre outros setores.

Desde estudante secundarista, em Belo Horizonte, demonstrou capacidade de liderança e pendor para estudos de Direito, Economia, História e de Literatura. Já então revelara-se dotado do dom da palavra clara e racional. Durante sua carreira, soube conservar a amizade de colegas

antigos e conviver com a elite intelectual de seu tempo formada de vultos de várias tendências políticas, religiosas e filosóficas.

Passado integralista

A Revolução de 30 aguçou seu espírito inquieto para o panorama da crise financeira mundial de 29, o enfraquecimento das democracias européias e os albores dos regimes autoritários.

A idéia do Estado autoritário, de organização corporativa, difundida por Plínio Salgado na imprensa foi perfilhada por San Tiago Dantas, induzindo-o a fazer parte da Ação Integralista Brasileira (AIB).

O início da ascensão meteórica de San Tiago Dantas baseou-se, sobretudo, no exercício das cátedras de Direito Civil, e de Direito Comercial na Faculdade Nacional de Direito, em 1940 (a da rua Moncorvo Filho). Ele também lecionou Direito Romano na Pontifícia Universidade Católica. A partir de 1952, tornou-se membro do Comitê de Arbitragem de Haia. Presidiu a Comissão Interamericana de Jurisconsultos (1955 a 1958), sediada no Rio de Janeiro.

As palestras que proferiu na Escola Superior de Guerra tiveram grande repercussão. Foi professor visitante e doutor *honoris causa* de universidades estrangeiras. A sua linguagem era simples, acessível às pessoas de mediana instrução e aqueles que o escutavam sentiam o prazer do entendimento pelo raciocínio, um dos grandes atributos do ser humano.

Como jornalista (Jornal do Commercio e Diário Carioca), San Tiago Dantas difundiu suas idéias e seus projetos. Na política interna, cooperou na criação na Petrobrás, na reestruturação da Rede Ferroviária Federal e na aprovação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em fevereiro de 1962, San Tiago Dantas demonstrou mais uma vez seu espírito conciliatório, no caso da encampação da subsidiária da ITT pelo governador Brizola. As negociações foram prosseguidas por ele, em Washington, durante a visita de Goulart, quando foi reconhecido que as negociações respeitariam o "princípio de justa compensação".

San Tiago Dantas adotava o princípio da unidade a partir da diversidade, que refletia seu raciocínio indutivo e sua capacidade de solucionar problemas complexos após avaliar múltiplas variáveis

Toda a sua bagagem intelectual, enriquecida nos setores financeiro (trabalhou no Banco Moreira Salles) e industrial (foi vice-presidente da Refinaria de Manguinhos), levou-o ao Parlamento, tendo sido eleito deputado por Minas Gerais em outubro de 1958, sob a sigla PTB. Na tribuna da Câmara dos Deputados, mereceu a admiração de seus pares, por seus pronunciamentos e na sua tentativa incansável de aproximar radicais.

Política externa independente

No cenário do pós-guerra de 1945, os formuladores de nossa política externa começaram a se convencer de que, para o aliviamento das tensões provocadas pela Guerra Fria era necessário que os países não fossem forçados a se aliar a um dos dois poderosos blocos, pois deveriam colocar seus interesses nacionais acima de tudo.

Seria ignorar nossa história diplomática afirmar que a política externa independente teria se iniciado com o chanceler Horácio Lafer. Com o acirramento da rivalidade EUA–URSS, tornou-se evidente a necessidade de uma postura mais independente, com referência, sobretudo, ao início do relacionamento comercial com países do Leste Europeu. A Missão João Dantas foi a precursora de tal iniciativa, quando foram

firmados sete acordos com os integrantes do bloco soviético.

Jânio Quadros, em sua campanha para a Presidência da República, já defendera os princípios basilares da política externa independente: relações comerciais com todos os países; reatamento com a URSS; estreitamento de relações com os países do Terceiro Mundo, e a defesa intransigente do princípio de não-intervenção com relação a Cuba. Tais fundamentos foram reafirmados pelo programa do governo parlamentarista do primeiro ministro Tancredo Neves.

A tentativa de invasão de Cuba; a renúncia de Jânio; a chamada Crise dos Mísseis; o governo parlamentarista de Tancredo Neves; o retorno do sistema presidencialista; o assassinato de Kennedy e a queda de Jango tiveram enorme repercussão na nossa política externa e interna. Nesse cenário de crises sucessivas, San Tiago Dantas aprimorou as suas qualidades de homem público.

O chanceler San Tiago Dantas teve papel decisivo no reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS

Punta del Este

A declaração de Fidel Castro de que Cuba iria adotar o modelo marxista-leninista de governo abalou o mundo ocidental e provocou a 8ª Reunião de Consulta de Chanceleres, para deliberar, de acordo com a carta da OEA e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) sobre as ameaças à paz, à segurança e à independência das nações americanas. San Tiago Dantas, prevendo que iria enfrentar problemas polêmicos antecipou a posição do governo brasileiro em uma exposição aos chefes de missão diplomática de Estados americanos. A intervenção teve o mérito de apaziguar o desejo de algumas nações de punir Cuba, com medidas previstas no TIAR (rompimento de relações diplomáticas, sanções econômicas e intervenção militar).

San Tiago Dantas brilhou em Punta del Este e dividiu com Dean Rusk, chefe da delegação dos EUA, as atenções do plenário. Defendeu a unidade do pan-americanismo e o primado do Direito. Por outro lado, participou da unanimidade que considerou o regime imposto à Cuba incompatível com a democracia, base do sistema interamericano, assinalando, entretanto, que a Carta da OEA não previa a expulsão de signatários.

A vitória de Punta del Este foi salomônica, dividida entre os que defendiam Cuba contra sanções e os que exigiam expulsá-la da OEA. Seis países se abstiveram de votar contra a expulsão de Cuba: Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Equador e México. O único voto contrário à medida foi o do chanceler Oswaldo Dorticós, chefe da delegação cubana. O isolamento de Cuba da comunidade americana e as sanções econômicas que lhe foram impostas pelos EUA redundaram na sua dependência mais estreita do bloco soviético.

Reatamento com a URSS

Desde 1817, quando o embaixador russo Pierre de Balk Poleff, em missão especial junto à Corte de D. João VI, entregou suas credenciais, até o rompimento, ocorrido no governo Dutra, em 1947, as relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil sofreram fases de relacionamento formal, de alheamento, de reatamento cauteloso e de rompimento irado.

Mas a ascensão da URSS como potência de primeira grandeza, seu relacionamento diplomático com todas as nações ex-aliadas

e a necessidade de abertura de novos mercados para os produtos brasileiros contribuíram para o reatamento diplomático dos dois países. A crença de que o projetado relacionamento não seria mais uma ameaça à Segurança Nacional, desde que fossem adotadas medidas acautelatórias também teve peso na discussão.

Os principais opositores à reaproximação eram o chanceler J. C. Macedo Soares, a di plomata Odette de Carvalho e Souza, o cardeal Barros Câmara, a Confederação Nacional do Comércio do Rio de Janeiro e setores da Confederação Nacional da Indústria. A quase totalidade das Forças Armadas também era contra, diferentemente das forças sindicais. A imprensa e o Parlamento estavam divididos.

O golpe militar de 64 colocou San Tiago Dantas no ostracismo político. Gravemente enfermo, o seu mandato parlamentar não foi cassado, em setembro de 1964, pelo marechal Castelo Branco

O anúncio do reatamento, em novembro de 1963, pelo chanceler San Tiago Dantas foi, de certa maneira, uma surpresa. A decisão havia sido aprovada pelo Conselho de Segurança Nacional. Assisti a esse momento histórico: um grande número de jornalistas, diplomatas e parlamentares concentrava-se na sala do ministro e a notícia foi dada por San Tiago Dantas, em poucas palavras, seguidas por uma troca de notas diplomáticas e de congratulações, por telefone, com seu colega Andrei Gromiko, que se encontrava em Moscou.

A data escolhida, quatro dias antes das celebrações em homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935, diante do monume nto da Praia Vermelha, parecia uma provocação aos olhos dos oposicionistas ao reatamento. Também o 23 de novembro, dia de Ação de Graças, quando houve uma missa *Te Deum Laudamus,* no Palácio do Planalto, motivou o deputado Arruda Câmara a declarar, em um aparte a San Tiago Dantas no Congresso, que o governo "acendia uma vela a Deus e outra ao Diabo". (sic)

Revolução de 1964

A controvertida posição do Brasil em Punta del Este voltou à baila, provocada por seus adversários políticos, que assinaram uma moção de censura, apresentada à Câmara dos Deputados em maio de 1962. Defendeu-se com o brilhantismo que lhe era peculiar. Deixou o cargo de ministro das Relações Exteriores para disputar a presidência do Conselho de Ministros, em substituição ao demissionário Tancredo Neves. Derrotado na Câmara, foi nomeado ministro da Fazenda, em janeiro de 1963. Já no governo presidencialista de João Goulart, recebeu mais dois títulos: o de *Intelectual do Ano,* e o de *Homem de Visão*.

A revolução de 1964 deixou San Tiago Dantas no ostracismo, alijado da política, à semelhança do acontecido, na antiguidade, com o político ateniense Aristides, que era um homem sabidamente justo. Já gravemente enfermo, Castelo Branco recusou-se a cassar-lhe o mandato parlamentar. Pouco tempo depois, faleceu no Rio de Janeiro, em setembro de 1964.

Na tentativa de solucionar problemas sociais brasileiros, diminuir o fosso entre as elites e a classe operária, promovendo uma distribuição de renda mais justa, Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi, sem dúvida, um homem na vanguarda do seu tempo. Sua obra talvez não tenha sido devidamente valorizada pelo seus coetâneos.

Flávio Castro

Diretoria da ADB
Ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro – Presidente
Ministro Manuel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior – Vice-presidente Executivo
Secretário André Luiz Costa de Souza (Deputado Federal PT-RJ) – Vice-presidente
Embaixador Hélcio Tavares Pires – Assuntos Jurídicos
Ministro Paulo Roberto de Almeida – Assuntos Culturais
Secretário Eduardo Pereira e Ferreira – Boletim e Comunicações
Conselheiro Murillo de Miranda Basto Júnior – Aposentados e Pensionistas
Secretário Paulo Gustavo Iansen de Sant'ana – Social e de Esportes

Suplentes da Diretoria
Embaixador Luiz Brun de Souza
Conselheiro Luiz Carlos Galindo de Medeiros
Conselheiro Milton Rondó Filho
Conselheiro Ralph Peter Henderson
Secretária Tânia Alexandra Malinski

Conselho Fiscal
Embaixador Sérgio Damasceno Vieira
Ministro Sérgio de Souza Fontes Arruda
Conselheiro Igor Kipman

Suplente do Conselho Fiscal
Fernando Jacques de Magalhães Pimenta

Secretariado da ADB
Gerente Administrativo: Térsio Arcúrio
Assistente Administrativa: Carina Oliveira da Silva
Assistente Administrativa: Jacqueline Francisca da Cruz

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XI – nº 49
Edição Abril/Maio/Junho de 2005 - ISSN 0104-8503

Conselho Editorial
Eduardo Pereira e Ferreira
Flávio Mendes de Oliveira Castro
Luiz Villarinho Pedroso
Paulo Roberto de Almeida
Sérgio Damasceno Vieira
Sérgio Fernando Guarischi Bath
Tânia Alexandra Malinski

Reportagem
Débora Oliveira
Dimas Ximenes
Francisco Almeida
Ronaldo de Moura

Coordenação de Reportagem
Erika Meneses

Edição
Ronaldo de Moura

Jornalista Responsável
Larissa Bortoni Dias
(Reg. Prof. 2513/13/13-DF)

Revisão
Joíra Coêlho Furquim
Suely Touguinha

Secretaria de Redação
Térsio Arcúrio

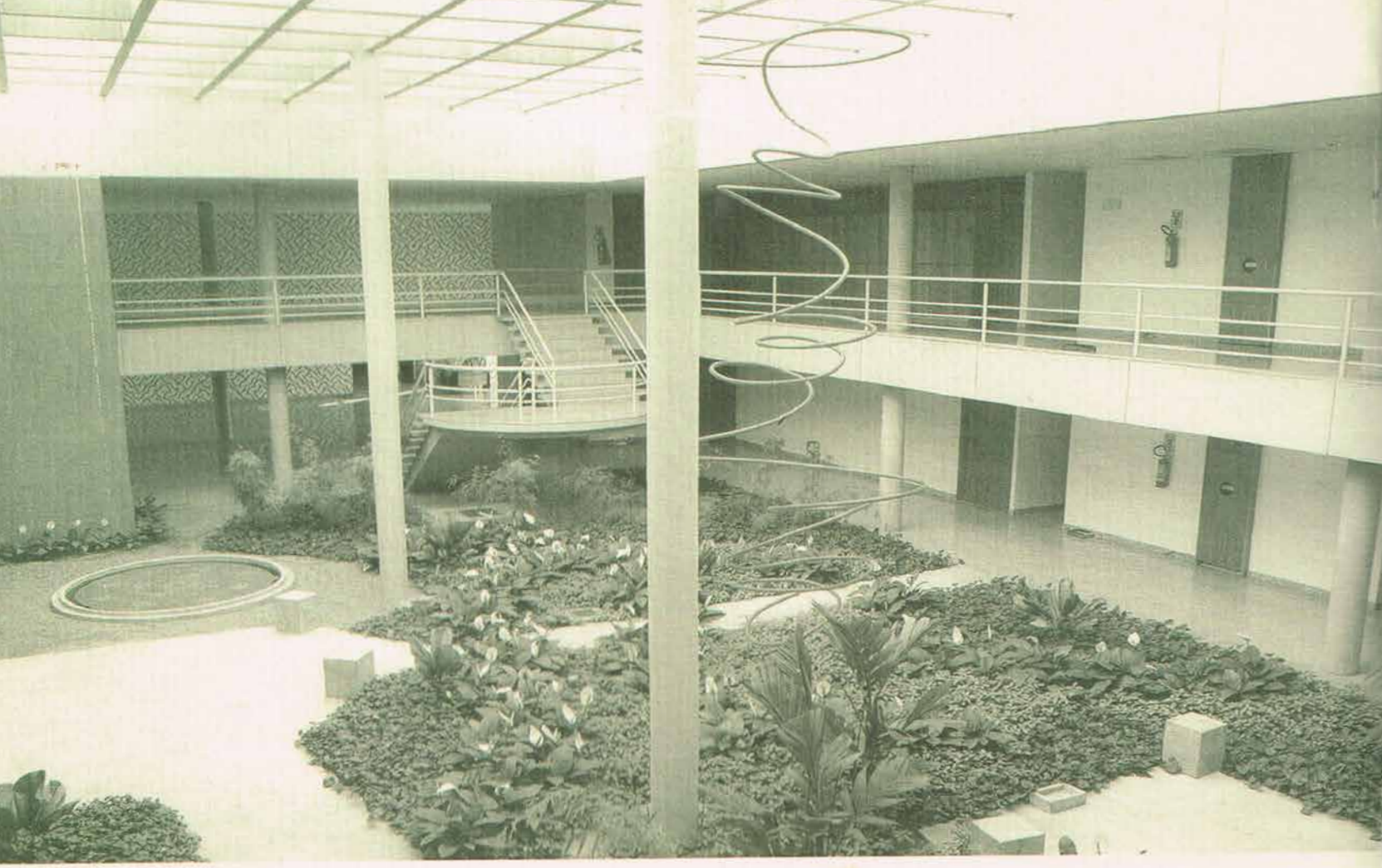
Projeto Gráfico
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Diagramação
Fabrício Martins

Capa
Erika Yoda

Impressão
Charbel Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem
3 mil exemplares



60 anos Instituto Rio Branco

ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 - Brasília - Brasil
Fones: (61) 3411 6950 e 3224 8022 Fax: (61) 3322 0504